

# Ajuste terá margem de negociação

■ Governo acertou com o FMI reservar R\$ 4 bilhões do superávit das contas públicas de 99 para negociar medidas com os políticos

Gilberto Alves - 6/10/98

CLAUDIA SAFATLE\*

BRASÍLIA - Há uma margem de negociação política no programa de ajuste fiscal. Ao acertar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um intervalo para a meta de superávit primário das contas públicas para 1999 - entre 2,5% e 3% do Produto Interno Bruto (PIB) - teria sido resguardada uma parte do 0,5% do PIB para que o presidente Fernando Henrique Cardoso possa dar partida aos entendimentos com o Congresso Nacional e com os novos governadores. Não é pouco. Considerando um PIB de R\$ 930 bilhões para o ano que vem, esse intervalo representaria uma diferença de cerca de R\$ 4,4 bilhões entre o limite inferior e o teto do combinado com o Fundo. "Parte desse espaço foi reservado para lidar com a incerteza das negociações políticas", explicou uma fonte que acompanhou os entendimentos do ministro da Fazenda, Pedro Malan, com a direção do FMI em Washington.

Ontem, o governo enviou uma missão técnica prosseguir nas conversas com o Fundo e acertar os detalhes finais do programa de ajuste fiscal trienal. Embarcaram para Washington o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente; o secretário de Política Econômica, Amaury Bier; e o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. Eles ficarão até segunda-feira na capital americana para, junto com os técnicos do fundo, discutir detalhes do que o governo pretende fazer.

**Segundo turno** - Só depois disso é que o programa e as medidas que vão viabilizar as metas de superávit primário e déficit nominal das contas públicas para o período 1999-2001 serão formalmente entregues ao presidente Fernando Henrique, que conversará com as lideranças políticas que o apoiam no Congresso, numa reunião convocada para quarta-feira próxima. Apenas depois do segundo turno das eleições de governadores, dia 25, é que as medidas serão enviadas para apreciação e votação no Parlamento.

Cumprido esse rito, o governo enviará o texto final para o FMI, que também seguirá sua tramitação: análise técnica e aprovação pelo board. Tudo isso pode ser feito em poucos dias. A direção do Fundo vai se manifestar a favor do programa fiscal brasileiro e, na pior das hipóteses, até meados de dezembro a comunidade financeira concederá um crédito polpudo para o país. Algo em torno de US\$ 30 bilhões.

Antes de ter acesso a esse dinheiro, contudo, o governo terá que formalizar o acordo com o FMI, com carta de intenção e memorando de entendimentos assinados por ambas as partes.

Nos próximos dias e semanas, o governo

brasileiro caminhará na fronteira entre a demanda dos investidores internacionais, que querem ver um ajuste fiscal definitivo e crível, e a realidade política interna.

Aqui, as conversas já começaram. O presidente já tem a exata noção de até onde o Congresso está disposto a apoiá-lo. Embora essas conversas ainda estejam no campo exploratório, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), já avisou que o Congresso é contra o aumento de impostos e que só aceitará propostas nesse sentido em caso extremo. "Ninguém gosta de aumentar impostos, muito menos o Congresso, mas se for indispensável...", disse ele.

**Cereja** - A criação do Imposto sobre Grandes Fortunas, velho projeto do presidente Fernando Henrique quando senador, é sabidamente uma cereja para agradar as oposições. O presidente do Senado não gosta desse imposto, mas admite apoiá-lo se isso for necessário para obter o apoio da oposição às demais medidas do ajuste fiscal. Na última quinta-feira, após encontro com o presidente, o senador garantiu que não haverá aumento de Imposto de Renda. "Se houver, será uma quebra de compromisso", disse.

Não será fácil, também, a aprovação do aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de 0,2% para 0,3%. "Temos dificuldades para apoiar o aumento da CPMF", disse o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), durante audiência com o presidente Fernando Henrique na tarde de quarta-feira.

Para chegar a um esforço fiscal de cerca de R\$ 25 bilhões em 1999, o governo deve buscar em torno de R\$ 15 bilhões com cortes de gastos e outros R\$ 10 bilhões com aumento das receitas. Na mesma audiência de quarta-feira com o presidente, o deputado Michel Temer (PMDB-SP), presidente da Câmara, questionou os cortes na área de investimentos e argumentou que a crise fiscal não será solucionada se o governo não encontrar uma forma de cortar os privilégios previdenciários dos funcionários públicos.

Os governadores e prefeitos estão apreensivos com o ajuste e esperando serem chamados pelo governo para conversar. Ambos temem que estados e municípios paguem a conta do ajuste. "Nosso desejo é o de colaborar com o governo federal, desde que isso não implique em maiores sacrifícios para os estados", disse o governador reeleito do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho.

Preocupada com os efeitos do ajuste e da Reforma Tributária, a Confederação Brasileira de Integração dos Municípios está organizando uma marcha destinada a reunir mil prefeitos em Brasília nos dias 4 e 5 de novembro.

\* Colaboraram Ilmar Franco e Silvia Mugnato



Antonio Carlos Magalhães (E), com Fernando Henrique: "Ninguém gosta de aumentar impostos, mas se for indispensável..."

## AS MEDIDAS QUE PODEM SER ADOTADAS

### NOVO ORÇAMENTO

Os gastos do setor público em 1999 deverão ser cortados em mais de R\$ 15 bilhões. A maior parte dos cortes será mesmo da União, que vai reapresentar o orçamento do ano que vem ao Congresso. O governo já havia previsto um volume de cortes que possibilitaria superávit primário de R\$ 8,7 bilhões em 1999.

### LEI DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Este projeto de lei complementar vai estabelecer cortes automáticos nas dotações orçamentárias quando os órgãos do governo estiverem ultrapassando os limites legais. O governo federal já anunciou que fixará limites bimestrais de gastos em 1999. De alguma forma, as despesas de estados e municípios também serão alvo da lei, que poderá prever a interrupção das transferências da União para estados e municípios em caso de descumprimento das metas fiscais.

### CPMF

A elevação da CPMF de 0,2% para 0,3% sobre os saques bancários já foi anunciada pelo governo. Há, também, a hipótese de transformá-la em imposto permanente, proposta que entraria no projeto de reforma tributária. FEF A prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal e o aumento de seus recursos também deverá entrar na reforma tributária. O FEF desvincula 20% da receita de impostos para que o governo federal tenha possibilidade de manejá-las com mais facilidade. O governo estuda o aumento deste percentual para algo entre 30% e 40%.

### REFORMA TRIBUTÁRIA

Na reforma, a principal mudança é o fim de vários impostos indiretos (que incidem sobre diversas etapas da produção). Eles serão substituídos pelo Imposto sobre Valor Agregado. O IVA teria uma alíquota única (para evitar a guerra fiscal entre os estados) e seria arrecadado pelos estados. Deve ser criado um imposto seletivo sobre bebidas, cigarros, energia, combustíveis e telecomunicações.

### GRANDES FORTUNAS

Os aliados políticos do presidente já disseram que o governo poderá finalmente apoiar a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas que está previsto na Constituição de 1988. De acordo com o projeto que tramita na Câmara, os patrimônios acima de R\$ 4 milhões seriam taxados todo ano com alíquotas entre 0,1% e 0,7%. Esse imposto tem baixo poder de arrecadação, mas sua inclusão no programa fiscal seria uma questão de justiça tributária.

### IMPOSTO/EMPRESAS

Os técnicos estudam acabar com a possibilidade de dedução, na base de cálculo do Imposto de Renda, dos juros que remuneram o capital próprio das empresas. Outra possibilidade é tornar obrigatório o Imposto de Renda com base na estimativa de lucro. Hoje, as grandes empresas podem apurar o imposto somente com base no lucro real.

### IMPOSTO/PESSOA FÍSICA

O governo estuda a prorrogação da alíquota de IRPF de 27,5% - para quem ganha acima

de R\$ 1.800 - até o ano 2001. A vigência atual é até o ano que vem. Há quem defende o aumento dessa alíquota para 30%.

### PREVIDÊNCIA

A regulamentação da Reforma da Previdência deverá elevar o número de salários-de-contribuição incluídos no cálculo do benefício inicial. Hoje são 36 meses. Também deverão ser ampliadas as carências para a obtenção de vários benefícios. Além disso, será apresentada uma lei para que tenha início um processo de capitalização das contribuições no INSS. Por esse processo, o segurado receberá no futuro com base naquilo que efetivamente contribuir ao longo dos anos.

### INATIVOS

O governo considera que o Congresso não cumpriu o negociado ao rejeitar o redutor das aposentadorias dos funcionários públicos, incluído na Reforma da Previdência. Por isso, pretende enviar novamente uma emenda com o redutor ou a criação da contribuição do servidor inativo.

### ATIVOS

Além de cobrar contribuição previdenciária dos aposentados da União, o governo pretende também aumentar a alíquota de contribuição dos servidores ativos, que saltaria dos atuais 11% para algo entre 15% e 20%.

### CIGARROS

Uma medida provisória - recomendada pela Comissão de Controle Fiscal - vai aumentar o Imposto de Exportação para até 120%. A ideia é utilizar a alíquota máxima para frear o contrabando de cigarros nacionais para o próprio país.